

DOI: 10.47456/j34ehw70

Impactos da implementação da base nacional comum curricular na disciplina de geografia no município de São Mateus (2016-2022)

Impacts of the implementation of the national common curricular base on the geography subject in the municipality of São Mateus (2016-2022)

Ubiratan Bomfante dos Santos
Ueber José de Oliveira

Resumo: Esta pesquisa investigou os rebatimentos da implementação da Base Nacional Comum Curricular sobre a organização do currículo de Geografia na Rede Municipal de Educação de São Mateus-ES. O estudo se baseia na hipótese de que a cultura política oligárquica historicamente estabelecida no município, marcada pelo clientelismo nas relações políticas, possui dificuldades em empreender políticas educacionais duradouras que poderiam ser enquadradas como de Estado. As abordagens sobre a Reforma Educacional: Impactos da implementação da base nacional comum curricular na disciplina de geografia no município de São Mateus (2016-2022); mostram que pouco se investiu na formação do professor de geografia e sua mínima/nenhuma participação na implementação dos novos documentos curriculares, dentro do contexto das últimas reformas educacionais no âmbito da implementação da Base Nacional Comum Curricular. Situação essa que impacta na atuação do professor; sua relação com BNCC, conhecimento e domínio da Base e sua aplicabilidade na prática. Objetiva-se demonstrar como procedeu a formação da oligarquia política do município de São Mateus e as características da cultura política local e os desdobramentos na implementação dos documentos curriculares na sua política educacional. A metodologia se baseia em levantamento bibliográfico sobre o tema; seguidamente, a pesquisa se manifesta quanto ao procedimento participante e objetivo exploratório.

Palavras-chave: São Mateus; Cultura Política Oligárquica; Base Nacional Comum Curricular; Currículo; Prática docente.

Abstract: This research investigated the repercussions of the implementation of the National Common Curriculum Base on the organization of the Geography curriculum in the Municipal Education Network of São Mateus-ES. The study is based on the hypothesis that the historically established oligarchic political culture in the municipality, marked by clientelism in political relations, has difficulties in undertaking lasting educational policies that could be framed as state policies. Approaches to the Educational Reform: Impacts of the implementation of the National Common Curriculum Base on the discipline of geography in the municipality of São Mateus (2016-2022); show that little has been invested in the training of geography teachers and their minimal/non-existent participation in the implementation of the new curricular documents, within the context of the latest educational reforms within the scope of the implementation of the National Common Curriculum Base. This situation impacts the teacher's performance; their relationship with the BNCC, knowledge and mastery of the Base, and its applicability in practice. The objective is to demonstrate how the political oligarchy of the municipality of São Mateus was formed, the characteristics of the local political culture, and the implications for the implementation of curricular documents in its educational policy. The methodology is based on a bibliographic survey on the subject; subsequently, the research manifests itself in terms of the participatory procedure and exploratory objective.

Keywords: Saint Matthew; Oligarchic Political Culture; National Common Curriculum Base; Curriculum; Teaching Practice.

Introdução

Reforma educacional é um assunto que sazonalmente aparece na ordem do dia. Diante dessa constatação, o propósito da presente pesquisa é compreender as últimas reformas educacionais verificadas no âmbito do currículo da educação básica. Nesse sentido, as últimas reformas no âmbito educacional no contexto brasileiro, considerando que tais reformas estiveram amparadas pelas influências dos ideais neoliberais, em um cenário marcado pela forte hegemonia política e econômica dos setores adeptos dessa corrente doutrinária, tanto em termos nacionais, quanto em termos mundiais, principalmente na sua porção ocidental. O foco da pesquisa recai sobre os rebatimentos da criação e implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre a organização curricular da Rede Municipal de Educação de São Mateus, município localizado no extremo norte do estado do Espírito Santo. Nessa direção, este trabalho tem como ponto central, verificar como os professores de geografia se apropriaram da BNCC e como participaram da construção da nova organização curricular do município readequando-a a Base e os impactos desse processo na prática do professor.

Falar em reformas educacionais não é algo novo e sempre está na doxa dos ideais neoliberais. Nesse sentido, as últimas reformas no âmbito educacional no contexto brasileiro sempre estiveram amparadas pelas influências desses ideais. As reformas dos neoliberais que dominam o mercado global/nacional são incessantes, pois seus ideais precisam ser disseminados.

Críticas à educação são constantes para justificar reformas educacionais, colocando-a num cenário aterrorizante que precisa entrar no trilho da modernidade, apregoando que a mudança curricular é a salvação. Na visão de Shiroma, Campos & Garcia (2005, p. 429) a “vulgarização do vocabulário da reforma pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue colonizar o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da modernidade”.

No final dos anos 90 no Brasil, partidos de centro-direita idealizaram reformas educacionais em que currículos foram desenvolvidos baseados na construção de competências; têm-se como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais e processos de avaliação da Educação Básica (Saeb), servindo de base para padronização futura de avaliações nacionais e bases nacionais comuns curriculares.

Segundo Freitas (2018), a concepção de ensino baseado em competências ganha força a partir da década de 90 que, conforme a conjuntura social e econômica no Brasil, transpõe para a formação do trabalhador o desenvolvimento de competências que funcionam como um mecanismo de gestão da força do trabalho. Tais competências foram fortalecidas com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2018.

Em nível macro, esse cenário de mudanças, reformas, elaboração e implementação de uma Base Nacional Comum Curricular vão sendo assimiladas em cada Estado e município e impactam no processo de elaboração de currículos, formação de professor, plano de carreira para o magistério e financiamento da educação. Já em nível micro, direcionomeu olhar nesta pesquisa para o município de São Mateus, como, a partir da formação da sua oligarquia política, ocorreu esses processos de mudanças, reformas na implementação de documentos curriculares na política educacional local e, consequentemente, na formação de professores.

Delineio essa de pesquisa a partir da minha observação e incursão da rede municipal de ensino de São Mateus em que atuo no cargo efetivo de professor de geografia do Ensino Fundamental Anos Finais desde o ano 2004. Percebi que não há uma preocupação por parte da Secretaria de Educação em ter em nível institucional uma política própria de formação continuada. Nessa direção, percebe-se pouca articulação ou intermediação da Secretaria Municipal de Educação junto ao Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), unidade da Universidade Federal do Espírito Santo sediado no município, no que diz respeito aos cursos de formação continuada, incluindo na área de Geografia.

Desde 2018, a BNCC tornou-se referência obrigatória para a organização curricular das redes de ensino. De um lado a Base se apresenta como instrumento de equidade e padronização nacional, de outro, ao centralizar orientações, limita a autonomia pedagógica e a capacidade criativa dos professores e das próprias rede municipais de ensino. Nesse cenário, a formação continuada deveria ser entendida como espaço estratégico de reflexão crítica, não apenas de treinamento para execução de diretrizes impostas. Quando esse processo formativo não é assegurado, a Base corre o risco de se reduzir a um documento prescritivo, desvinculado das realidades locais e das necessidades concretas das escolas. Assim, em vez de promover transformações pedagógicas, sua aplicação pode reforçar a lógica tecnocrática que historicamente exclui os docentes dos processos de decisão curricular, fragilizando a relação entre política educacional e prática escolar.

A Resolução CNE/CP nº 01, de 27 de outubro de 2020 (Brasil; MEC, 2020) situa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada). A normativa enfatiza que a formação de professores está subordinada ao currículo da educação básica, a BNCC. Apesar de todas as complexidades envolvendo essa resolução no que se refere à formação de professores, percebo uma lacuna entre processo de conhecimento e estudo da BNCC por parte dos professores e falta de formação continuada para compreensão e entendimento do documento. A partir do meu olhar como docente da rede, compreendo que formação continuada é um processo que precisa acontecer de forma ininterrupta.

Como questionamento, levanto a seguinte pergunta problema: a oligarquia mateense enquanto cenário político-econômico influenciou nas políticas curriculares? Esse questionamento, trago como objetivo geral: Analisar como determinados aspectos da cultura política oligárquica local se manifestam na implementação da Base Nacional Comum Curricular especialmente na disciplina de geografia.

Como objetivos específicos, o trabalho procura: i) realizar um levantamento da historiografia focalizando a formação da oligarquia de São Mateus; ii) investigar o papel do município como ente federativo e como são implementados os documentos curriculares voltados para a BNCC a partir das políticas locais; iii) pesquisar como os documentos oficiais sobre currículo são instaurados a partir da concepção dos professores de geografia.

Metodologia

Esta pesquisa ¹ é de base bibliográfica e documental se enquadrando como participante exploratória. Ela vislumbra priorizar como se deu o processo de implementação da BNCC na área de geografia e os impactos na prática do professor. Fizemos uma revisão historiográfica de São Mateus sobre o processo de colonização, ocupação, constituição do território e consolidação político-econômica da oligarquia agrária. Essa revisão nos possibilitou visualizar a cultura política local, pois verificamos junto aos participantes qual a sua concepção e leitura política do processo de implementação da BNCC e demais políticas curriculares levando em consideração a cultura política local de São Mateus. Segundo Marconi e LaKatos (2017, p. 54) a pesquisa bibliográfica é um

[...] tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Hoje, predomina entendimento de que artigos científicos constituem o foco primeiro dos pesquisadores, porque é neles que se pode encontrar conhecimento científico atualizado, de ponta.

Com relação ao procedimento e objetivos é uma pesquisa participante exploratória, “a pesquisa participante, [...] caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (Gil, 2002, p. 55). Este tipo de pesquisa proporciona “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (Gil, 2002, p.41).

¹ Aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – UFES. CAAE 82743324.9.0000.5063. Número do Parecer 7.120.495

Os participantes da pesquisa foram sete professores de geografia da rede municipal de São Mateus-ES, que serviram de amostragem para a pesquisa. Esses participantes foram submetidos a um questionário semiestruturado e entrevistas. As entrevistas tiveram o áudio gravado, transcritos e analisados. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 213), questionário semiestruturado e entrevista não estruturada,

[...] o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Os participantes foram selecionados a partir de um levantamento quantitativo. Identificamos o total de professores de geografia quem atuam no magistério na rede municipal de ensino de São Mateus. Selecionamos seis professores efetivos e um professor de designação temporária de geografia que estavam lecionando.

Todos os participantes concederam suas falas, informações e experiência por meio das entrevistas de forma individualizada. Optei por este formato vislumbrando maior comodidade e diálogo dos participantes no fornecimento de suas informações. Segundo Gil (2008, p. 114) as entrevistas individuais ou em grupo são “[...] muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema. [...] Também podem ser utilizadas para investigar um tema em profundidade, como ocorre nas pesquisas designadas como qualitativas”. Todas as entrevistas totalizaram 237 minutos, ou seja, 3 horas e 57 minutos de gravações em áudio.

Buscamos trazer todo o aspecto histórico-político de São Mateus-ES durante o século XVIII e XIX. Seu processo de ocupação, formação e constituição do seu território. Abordamos os aspectos econômicos e a formação da política oligárquica agrária do município, trazendo as características da cultura política local. Abordamos a respeito do papel do município como ente federativo, suas responsabilidades, obrigações e dificuldades quanto a educação. Investigamos como se deu o processo de implementação da BNCC no município de São Mateus; como foi a elaboração do currículo municipal antes da implantação da BNCC e a construção do novo

currículo seguindo as orientações da BNCC mais nitidamente na área de geografia.

No que tange as análises dos dados coletados, situamos como foi o processo de implementação da BNCC e a construção do novo currículo seguindo as orientações da Base e sua chegada na escola com os professores de geografia no município de São Mateus. Como BNCC se materializou na ponta, como os professores tiveram acesso ao documento e como se relacionam com ele e as possíveis mudanças nas práticas educacionais dos educadores.

O propósito da pesquisa, consiste em compreender como se deu a implementação dos documentos curriculares voltados para a BNCC na área de geografia, a partir das últimas reformas educacionais no município de São Mateus, levando em consideração a cultura política local, herdada da oligarquia agrária de cunho clientelista. Buscamos verificar conexões dessa cultura política oligárquica verticalizada na tomada de decisões de pouca participação popular, com o processo de implementação da BNCC reorganizando/readaptando o currículo em âmbito local e processos de formações continuadas.

Referencial Teórico

No momento inicial deste trabalho buscaremos estabelecer uma discussão e diálogo com as contribuições de Russo (2007; 2011), Alves (2021), Santos (2017) Leal (2012) e Carvalho (1997) para verificar São Mateus, caracterizando e descrevendo a respeito da sua ocupação, constituição e consolidação do seu território, importância geográfica e comercial do seu porto fluvial e comercial, o rio como via de transporte para escoamento de mercadorias, escravos e produtos agrícolas, formação da sua oligarquia agrária que dominava a política e a economia local e, sua influência a nível regional e provincial.

Leal (2012, p. 02) conceitua e descreve o termo coronelismo. O coronelismo é bem característico da cultura política da região de São Mateus do século XIX, que estava fortemente enraizada nessa oligarquia agrária com seus títulos de patentes como o de coronéis, maiores, tenentes e capitães. “[...] O conceito de coronelismo incorporava, sim, traços de mandonismo local, mas era mais que isso,

fazia parte de um sistema, de uma trama que ligava coronéis (mandões), governadores e presidente da República”. Coronelismo não era restrito apenas a questão de mandonismo local, mas sim de fazer parte do sistema, “a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município”.

Abordamos um pequeno panorama recorte da educação no Espírito Santo no período da Primeira República e os desdobramentos da educação no município de São Mateus com base em Alencar (2016); Salim e Manso (2016) e Malverdes (2024). Discorremos sobre as teorias curriculares e um panorama histórico das políticas públicas de educação no Brasil, situando o contexto político-econômico que impactou a formulação e a execução da BNCC. Esse processo teve início a partir das diretrizes políticas e educacionais a partir do federalismo da Constituição Federal de 1988. Para tanto, buscamos as contribuições de Malanchen (2016), Silva (1999) e Apple (2002).

Segundo Lopes (2006, p. 34) os parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental no Brasil serviram de base, como ponto de partida para tê-lo como currículo nacional baseado em competências num período de abertura econômica do país nos anos 90, porém não foram levadas em consideração pesquisas locais de “constituição e interpretação das políticas de currículo”. É de suma importância “[...] avaliar alguns dos efeitos dessas propostas, bem como as perspectivas teórico-metodológicas que construímos sobre esse tema”.

O currículo antes de ser concebido, ele é pesando, a qual propósito ele irá servir, o sujeito que será o seu receptor seja moldado por ele. Quem o concebeu pensou de acordo os seus propósitos, finalidades e interesses. O currículo não é neutro, pois têm seu propósito político-econômico-social no seu processo de construção. Essas análises contribuíram na construção do posicionamento e pensamento crítico e também para estudos a respeito da centralidade do Estado nas políticas de currículo (Lopes, 2006).

Resultados

No primeiro momento abordamos o processo pioneiro da primeira organização curricular e no segundo momento, os desbromentos da implementação da BNCC na rede. O segundo momento do capítulo dos resultados se divide em três eixos de análises. No primeiro item tentaremos esmiuçar como se deu a chegada do documento BNCC e o contato da categoria docente com a Base. No segundo item, situamos como se deu a influência do novo programa de ensino adequado à Base na prática pedagógica e da visão de currículo. No terceiro item tratamos da percepção política local da organização da educação e da implementação da BNCC.

No que se refere à organização curricular, antes mesmo da implementação da BNCC, o município até o ano de 2001, não dispunha de um programa de ensino que orientasse a rede escolar. Os professores utilizavam os livros didáticos disponíveis nas escolas ou produziam apostilas próprias. Durante a administração municipal de 2001 a 2004, foi firmada uma parceria com o Programa Escola Campeã, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, denominado Educação no Pódio.

Visando aprimorar a organização educacional, surgiu a oportunidade por meio do Programa Escola Campeã, que orientou a secretaria de educação a elaborar o seu próprio Programa de Ensino. “[...] Sem nenhuma consultoria específica, realizamos bastantes estudos e por fim o documento que continua sendo avaliado a cada ano e submetido às alterações necessárias” (Autonarrativa contida no documento pessoal).

O documento² da Proposta Curricular do Ensino Fundamental começou a ser elaborado nos meses de novembro e dezembro de 2001, através de grupo de professores de cada disciplina, compostos por professores da rede municipal e alguns convidados da Superintendência Regional de Ensino Litoral Norte. Durante os primeiros encontros foram selecionados os conteúdos e definindo os objetivos. O esboço da Proposta Curricular foi apresentado aos professores da rede no início de 2002. Durante um Seminário de cinco

² Programa de Ensino. Escola Campeã. 2ª ed. São Mateus, 2003.

dias os professores, coordenadores de área e supervisores discutiram a Proposta Curricular e fizeram apontamentos sobre os conteúdos e objetivos. Esse programa foi o que orientou a rede até a alteração pela implementação da BNCC.

No que se refere a participação e engajamento dos participantes na elaboração da BNCC, buscando compreender se eles receberam do algum convite ou se participaram de algum seminário a nível municipal, estadual ou federal para estudar e discutir as versões da BNCC durante o seu processo de elaboração, apenas a participante³ Vitória e Fortaleza receberam convite e participaram de seminários, no entanto, os participantes Curitiba, São Luís, Teresina, Salvador e Palmas não receberam nenhum convite e não participaram de nenhum seminário. O participante Palmas participou de uma formação pela rede municipal e que seu maior envolvimento para se apropriar e conhecer a BNCC foi na rede privada. Ele passou a discutir e a trabalhar numa perspectiva autônoma de autoaprendizagem sobre a Base para poder aplicá-la em sua prática pedagógica.

Foi possível visualizar lacunas referentes à comunicação e a forma como a BNCC chegou aos professores. Não era comum o corpo pedagógico escolar discutir e falar sobre a BNCC no sentido de conhecer. Segundo São Luís ficou evidente a fragilidade dos processos de formação, limitando-se a reuniões esporádicas e superficiais. As orientações chegam às escolas em formato de comunicado ou breves referências feitas em reuniões.

Na EJA, o relato do docente Salvador revela que esse seguimento não foi inserido nos espaços de debate ou de formação. Os docentes passaram a conhecer e a colocar em prática de forma autônoma, o que deixa frágil a efetividade de uma política curricular.

A respeito de como a disciplina de geografia foi readequada e reorganizada no novo programa de ensino municipal de São Mateus seguindo as orientações da BNCC. O docente Salvador relatou que: “[...] tomei conhecimento por “alto”, recebi o novo programa de ensino pronto” (Salvador, 2025, informação verbal), revelando assim uma

³ Todos os participantes da pesquisa receberam nomes fictícios para preservarem sua identidade. Os nomes utilizados são os nomes das capitais das unidades federativas do Brasil.

implementação de cima para baixo, sem diálogo coletivo nem estudo aprofundado. Outro aspecto relevante: a ausência de participação efetiva e de tempo para estudo e apropriação da BNCC. Essa condição reforça o caráter da última reforma educacional. Uma política curricular verticalizada que ocorreu no âmbito nacional que também se replicou em escala municipal/local nos mesmos moldes, dada a cultura local permeada pela centralidade e pouca discussão popular, típica da cultura oligárquica. A formação contínua para o professor é ignorada em favor da velocidade da execução política.

Conforme os dados coletados sobre a readequação da disciplina geografia a BNCC, alguns professores participaram, enquanto outros receberam o programa de ensino pronto. Os participantes observaram a proposição de mais conteúdos, percebido no período da pandemia. Os relatos evidenciam uma percepção de continuidade em relação às práticas pedagógicas, mesmo após a implementação da BNCC. O participante Palmas mostrou que, embora tenham sido acrescentados novos conteúdos e habilidades para atender às exigências da política nacional, a dinâmica pedagógica permaneceu praticamente inalterada, ou seja, a BNCC não impactou em sua prática pedagógica.

Observa-se que o processo se resumiu a uma adaptação técnica, com a inclusão de novas habilidades e competências no programa de ensino. Isso remete a uma concepção de currículo como documento prescrito, que precisa ser ajustado as diretrizes oficiais. De acordo Fortaleza, foi apenas uma readequação de conteúdos e inserção das habilidades propostas pela BNCC.

Os participantes foram questionados sobre o que mudou em suas práticas pedagógicas. O participante São Luís relatou que o ensino se tornou “mais fácil” por não exigir a mesma carga de conteúdos e por priorizar competências e habilidades socioemocionais, isso revela uma mudança de foco no currículo, configurando o modelo de currículo tradicional de Bobbitt, “[...] habilidades necessárias para as diversas ocupações. Com um mapa preciso dessas habilidades, era possível, então organizar um currículo [...]” (Silva, 1999, p. 23). Essa perspectiva curricular da BNCC de competências e habilidades baseadas em ideias neoliberais,

argumenta que a educação deve preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, pois essa ênfase nessas habilidades substitui/reduz o conhecimento científico e teórico. Nesse sentido, seria uma forma de projetar o indivíduo para uma adaptação social e econômica, sem possibilitar sua emancipação, restringindo seu desenvolvimento crítico.

Os participantes Fortaleza e Vitória declararam uma visão positiva em relação as habilidades da Base, como guia para a prática pedagógica. A ideia de que as habilidades “dão norte” e permitem organizar a aprendizagem em progressão é um indicativo de como o currículo prescrito influencia o planejamento e a execução do ensino. A BNCC, ao propor centralidade nas habilidades, reconfigura a prática docente. Entretanto, até que ponto a valorização das habilidades garante uma formação emancipadora do sujeito, e não apenas a adequação a parâmetros normativos que reforçam a visão de um currículo único homogêneo?

Ao serem questionados sobre a oferta de formações específicas na área de Geografia por parte da Secretaria Municipal de Educação, a maioria dos participantes afirmaram ter recebido algum tipo de formação. No entanto, dois docentes declararam não ter recebido nenhuma. Considerando o tempo de atuação desses professores na rede municipal, o questionário solicitou que indicassem quantas formações haviam sido realizadas por parte da secretaria de educação durante todo o período que estão atuando na rede. Todos responderam no máximo duas.

Fica evidente a fragilidade nas políticas de formação continuada. A baixa oferta de formações revela como a política curricular, muitas vezes, se restringe à prescrição de conteúdos e habilidades sem assegurar condições materiais e formativas para que os professores se apropriem de forma crítica e reflexiva sobre o currículo. Como ressalta Silva (1999), discutir currículo é discutir também que conhecimento deve ser ensinado, a quem, em que condições e com que finalidades.

A fragilidade nas políticas de formação continuada na rede educacional de São Mateus contribui para o rebatimento local por

meio do seu currículo tradicional prescritivo, onde ocorre uma redundância focal em trabalhar habilidades e competências.

A implementação da BNCC trouxe novos desafios para a rede municipal de ensino, exigindo da secretaria de educação um papel mais ativo na formação continuada. A efetivação de políticas formativas depende das iniciativas promovidas pelos sistemas de ensino, entretanto em São Mateus, a formação docente se limitou a ações pontuais, desvinculadas de uma reflexão teórica mais ampla sobre o currículo e sua função social. A existência de um novo currículo não garante sua efetivação; é a ação formativa sistemática, orientada para o estudo e a reflexão sobre o novo desenho curricular que o professor se torna capaz de transformar o documento em prática pedagógica significativa.

Na entrevista questionou-se aos participantes se eles haviam recebido, por parte da rede municipal de ensino, formações continuadas voltadas aos estudos da BNCC a partir do momento que ela foi implementada. Os participantes revelaram a ausência de uma política efetiva de formação contínua, o que compromete apropriação crítica e a prática pedagógica dos docentes frente às mudanças curriculares. Os relatos apontaram que, quando existem, as formações são fragmentadas, restritas a comissões ou encontros pontuais, sem profundidade teórica revelando um imediatismo, com sinalizado por Vitória, “[...] foi uma pra mostrar pros professores como funcionava, [...] o que é BNCC, o que são as competências, o que são as habilidades” (Vitória, 2025, informação verbal). Essa limitação contrasta com a concepção de formação inicial e contínua defendida por Konder (1992, p. 115 apud Belletati, Pimenta e Lima, 2021, p. 18), “[...] é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática”.

A visão do professor reflexivo no âmbito da formação inicial quanto contínua, rejeita uma “[...] visão das abordagens de cima para baixo das reformas educativas, nas quais os professores aplicam passivamente planos desenvolvidos por outros atores sociais,

institucionais e/ou políticos” (Pimenta, 1996, p. 86). Na rede de ensino de São Mateus teve um rebatimento vertical da política curricular nacional, a BNCC, pois segundo os enunciados dos participantes durante as entrevistas, não houve espaços para formações e o não desenvolvimento de uma política institucional de formação contínua. Situação essa que está inserida em seu contexto histórico político, marcado pela sua cultura oligárquica verticalizada e o imediatismo, tendo em vista o baixo e restrito envolvimento dos professores e comunidade escolar na implementação das políticas curriculares dentre outras.

A formação de professores na tendência reflexiva se “[...] configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de trabalho propiciadoras da formação contínua dos professores, no local de trabalho, em redes de auto-formação, e em parceria com outras instituições de formação” (Pimenta, 1996, p. 87). A importância da formação contínua reflexiva se configura como: valorização, condições de trabalho, formação contínua no local de trabalho e parceria com outras instituições de formação. Em São Mateus esse processo de formação não foi viabilizado. Segue numa lógica imediatista, sem apreço pela melhoria na qualidade educacional vislumbrando avanço no ensino-aprendizagem, uma educação em segundo plano vista como normal dentro de uma cultura política oligárquica, onde as políticas educacionais não são encaradas como política de Estado, são aligeiradas sem discussão horizontal, esquecendo do contexto social da comunidade escolar e a inserção do professor nesse contexto.

Considerações Finais

Nessa pesquisa, realizamos um percurso historiográfico sobre a formação da oligarquia de São Mateus. Esse percurso demonstrou que a constituição da oligarquia mateense não pode ser compreendida apenas pela sucessão de governantes ou pela dominação de um grupo familiar, mas resulta de um processo histórico mais amplo, no qual se entrecruzam relações de poder locais, redes de parentesco, alianças

políticas e mecanismos de controle social típicos do coronelismo e do clientelismo.

A pesquisa apresenta três objetivos específicos. Procurando a articulação e respostas para eles, chegamos numa conclusão de uma verticalização na tomada de decisões na política educacional curricular, característico da cultura política local de São Mateus.

Ao reconstruir a gênese da oligarquia mateense, ela ofereceu o pano de fundo indispensável para compreender como essas práticas e representações de poder se projetam sobre políticas educacionais contemporâneas, como a implementação da BNCC. A implementação dessa política curricular num formato verticalizado e centralizado, logo, nos permitiu interpretá-la como um processo meramente técnico e também como fenômeno inserido em uma cultura política local historicamente estruturada. A análise histórica das escolas na Primeira República nos permite compreender a articulação entre educação e poder oligárquico no município. Os dados levantados indicam que a expansão do ensino no norte do Espírito Santo ocorreu de forma precária e fragmentada, com escolas isoladas de baixo custo para o Estado, refletindo interesses políticos restritos e o controle exercido por famílias dominantes.

O estudo permitiu identificar o papel do município quanto os modos concretos pelos quais a BNCC foi implementada. Os dados coletados revelam que, embora a municipalidade ocupe legalmente uma posição de autonomia relativa no pacto federativo, sua atuação permanece reduzida a práticas normativas e verticalizadas, sem mecanismos efetivos de partilha decisória com os profissionais da rede. A elaboração do Currículo Municipal de Geografia, descrita nos capítulos analisados, evidencia que o processo de implementação da BNCC ocorreu predominantemente de forma impositiva, com ampla dependência de orientações externas e com participação limitada dos professores, frequentemente restritos à condição de executores da política curricular e não de coautores.

A implementação da BNCC não levou em consideração experiências e conhecimentos dos professores e também não houve espaço para uma política de formação continuada durante o processo

e nem após o seu término. Em contextos de reformas educacionais e seu rebatimento na realidade local de São Mateus, as decisões curriculares são frequentemente externas, desconsiderando a realidade das escolas, a participação docente e a demanda da comunidade escolar. Essa percepção indica que os documentos oficiais sobre currículo são instaurados sem reflexão sobre a prática cotidiana dos professores, reproduzindo uma lógica tradicional tecnocrática. Os professores, pais, comunidade escolar, são tidos como objetos das reformas curriculares.

Portanto, os documentos oficiais sobre currículo são implementados como produto externo normatizador, com pouca consideração pelas concepções, experiências e conhecimentos dos professores. A compreensão dessa dinâmica nos dá um indicativo de que qualquer esforço de melhoria na implementação da BNCC requer não apenas a disponibilização de documentos oficiais, mas também a construção de espaços participativos e de uma política de formação continuada, que promova a articulação com a realidade local e reflexões sobre as práticas pedagógicas.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, I. R. D. F. S. **Escolarização do norte do Espírito Santo início do século XX: Das escolas isoladas aos grupos escolares.** Dissertação de Mestrado em Educação: UFES, 2016.

ALVES, T. D. M. **Sociedade e economia portuária de São Mateus (1848-1889): A exportação de farinha de mandioca pelas águas "dorminhocas" do rio cricaré.** Dissertação de Mestrado em História: UFES, 2021.

APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: Faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. D. **CURRÍCULO, CULTURA E SOCIEDADE.** Tradução de Maria Aparecida Baptista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. 3, p. 59-91. ISBN 8524905468.

BELLETATI, C. F.; PIMENTA, S. G.; LIMA, M. M. Formar professores intelectuais crítico-reflexivos nos cursos de licenciatura apesar das diretrizes nacionais: Transgressões possíveis. **Nuances Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 32, n. 02126, p. 1-32, jan./dez 2021. ISSN 2236-0441. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8706/>>. Acesso em: 01 outubro 2025.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 01/2020, de 27 de outubro de 2020. Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3348/resolucao-cne-cp-n-1>>. Acesso em: 03 março 2023.

CARVALHO, J. M. D. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<https://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=40-2>>. Acesso em: 27 novembro 2024.

FREITAS, L. C. D. **A reforma empresarial da educação**: nova direitas, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

LEAL, V. N. **Coronelismo enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. 7ª. ed. São Paulo: SCHWARCZ S.A., 2012.

LOPES, A. C. DISCURSOS NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 33-52, Jul/Dez 2006. ISSN 1645-1384. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/>>. Acesso em: 10 Maio 2024.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Capinas - SP: Autores Associados LTDA, 2016. ISBN 978-85-7496-369-3.

MALVERDES, C. Z. **Escolas primárias no Espírito Santo pelas lentes da fotografia (1908-1928)**: A historiografia e sua fontes. Tese de Doutorado em Educação: UFES, 2024.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-970-1076-3.

PIMENTA, G. FORMAÇÃO DE PROFESSORES - SABERES DA DOCÊNCIA E IDENTIDADE DO PROFESSOR. **Revista da Faculdade de Educação versão impressa**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul./dez. 1996. ISSN 0102-2555. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-25551996000200004&script=sci_abstract>. Acesso em: 10 setembro 2025.

RUSSO, M. D. C. D. O. **A escravidão em São Mateus/ES**: Economia e Demografia (1848-1888). Tese de Doutorado em História Social: USP, 2011.

RUSSO, M. D. C. D. O. **Cultura Política e relações de poder na região de São Mateus**: o papel da Câmara Municipal (1848-1889). Dissertação de Mestrado em História: UFES, 2007.

SALIM, M. A. A.; MANSO, M. H. S. O cenário da política educacional no Espírito Santo durante a primeira república. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 22-42, jan.-jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/24146>>. Acesso em: 10 março 2025.

SANTOS, M. V. D. S. **São Mateus: Do Lugar à Vila**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: UFES, 2017.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, 23, n. 2, jul-dez 2005. 427-443. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SILVA, T. T. D. **DOCUMENTOS de IDENTIDADE Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. ISBN 85-86583-44-8.

Sobre os Autores

Ubiratan Bomfante dos Santos

ubiratanbomsanto@gmail.com

Aluno do Mestrado em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Graduação em geografia e lato sensu em geografia do Brasil. Professor de geografia da rede municipal de São Mateus-ES há 22 anos.

Ueber José de Oliveira

ueber.oliveira@ufes.br

Professor orientador do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Professor Adjunto do Departamento de História (DHIS), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas - (PPghis-Ufes).